

REDAÇÃO

1 A questão da legalização do posse de armas no Brasil ganhou visibilidade após tornar-se
2 presente em uma proposta política do atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro.
3 Este, afirmou a necessidade da defesa individual dos cidadãos brasileiros diante da crescente
4 ocorrência de crimes violentos no país. Com o armamento da população há, de fato, a
5 possibilidade de aumento do índice de suicídios, principalmente entre os jovens. A
6 disponibilidade de armas de fogo em ambiente domiciliar potencializa o risco da incidência
7 destes atos, pois o acesso a um instrumento de alta capacidade nociva à vida humana é
8 facilitado. Os vestígios do regime militar brasileiro, que ocorreu no século XX, entre os anos de
9 1964 a 1985, parecem não ter desaparecido por completo, sendo trazidos à tona
10 características deste nas intervenções políticas do presidente. O militarismo é frequentemente
11 exaltado em seu governo, traço que, evidentemente, justifica a proposta do armamento da
12 população.

12 De acordo com o Censo 2010 do IBGE, cerca de 11,4 milhões de brasileiros residem em
13 zonas periféricas. Tal fato é um reflexo da desigualdade social, problema persistente
14 enfrentado pela sociedade. O indivíduo marginalizado, ou seja, que encontra-se à deriva do
15 quadro coletivo e negligenciado pelo estado, convivendo com dificuldades em aspectos
16 básicos de sua sobrevivência, como a alimentação, moradia, trabalho e educação adequada,
17 vê-se com variabilidade de opções reduzida, e frente ao desamparo, é condicionado à
18 criminalidade.

18 A desigualdade social é resultante do sistema socioeconômico adotado pelo governo, o
19 capitalismo financeiro. Este, defende os ideais da propriedade privada, acúmulo de capital e
20 divisão de classes. A última, portanto, é o epicentro do dilema vivenciado, pois, tendo a
21 sociedade categorizada por classes, não há o exercício homogêneo dos direitos individuais.
22 Uma possível mudança deveria ocorrer, então, inicialmente, no campo político-governamental.
23 Apenas após a implementação de uma sociedade livre de classes, haveria o fim do impasse.

24 Assim, conclui-se que, há a necessidade de uma intervenção, primeiramente, em relação
25 a um problema de maior complexidade: a desigualdade. É dever do estado garantir a
26 segurança pública, direito à vida e entre outros, como consta na Constituição de 1889,
27 portanto, permitir que cidadãos tenham acesso ao produto da indústria armamentista,
28 certamente, não soluciona o estorvo da criminalidade crescente no Brasil, e apenas agravaria
29 outros conflitos existentes.
30